

PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Paulino José Orsoⁱ

RESUMO:

Este artigo pretende trazer à tona o processo de organização do conhecimento, discutir sobre a prioridade atribuída à Língua Portuguesa e à Matemática na Educação Básica, bem como refletir sobre os pressupostos teórico-metodológicos que deveriam embasar o ensino de História.

Palavras-chaves: Educação, História, Pressupostos

THEORETICAL-METHODOLOGICAL ASSUMPTIONS FOR THE TEACHING OF HISTORY

ABSTRACT:

This article intends to bring for surface the process of organization of the knowledge, to argue on the priority attributed to the Portuguese Language and the Mathematics in the Basic Education, as well as reflecting on estimated the theoretician-method that would have to base the education of History.

Key-words: Education, History, Estimated

Com raras exceções, tem sido corrente nas escolas e até entre intelectuais a idéia de que a história é uma disciplina de segunda categoria, que o importante é que os alunos saibam ler e escrever e, se eles souberem isto, conseqüentemente, também estará garantido o conhecimento da história. Isto, por um lado, revela que há um trato desigual entre as disciplinas ou áreas do conhecimento e, por outro, que há uma inversão quanto à compreensão da própria história.

Na antigüidade, conhecimento sistemático era tido como sinônimo de Filosofia, que englobava a totalidade do saber. O filósofo era tido ou se autodenominava como amigo da sabedoria e, conseqüentemente, o dono da verdade, “o filósofo rei”, o único que poderia conhecer a verdade. Não havia divisão em áreas e disciplinas. Contudo, com o aprofundamento da divisão social do trabalho, também aprofunda-se a divisão do conhecimento. Essa divisão adquire um grau cada vez maior com o advento do liberalismo e do positivismo. Com isso, não apenas aprofunda-se a fragmentação do conhecimento, como também se inverte a ordem de prioridades em relação às áreas do conhecimento.

Contudo, se fosse possível estabelecer alguma ordem de prioridade em relação a alguma área do conhecimento, qual delas mereceria este destaque? Partindo-se do princípio de que a história surge com o aparecimento do homem e confunde-se com seu processo de desenvolvimento e de transformação, ou então, dito de outra forma, com seu processo de hominização, seria a ela que se deveria atribuir tal primazia, inclusive, porque o desenvolvimento da língua portuguesa, da matemática e das demais disciplinas só pode ser explicado a partir da história do homem, de seu processo de transformação, de suas relações.

Mas, não é bem isto o que ocorre. Geralmente a história é relegada aos últimos lugares na hierarquia da ordem de prioridade das disciplinas escolares. Tanto é que é freqüente ocorrer casos em que crianças não dominam os conhecimentos considerados específicos da história e mesmo assim ela são aprovadas e consideradas aptas a prosseguir para a série seguinte. Isto, porém, não acontece, por exemplo, com a matemática e a língua

portuguesa. De fato, se a disciplina de história for considerada como secundária, não há motivo para deixar uma criança na mesma série apesar de não dominar os conteúdos considerados próprios da disciplina. Afinal, se ela é desimportante, não há porque prender e penalizar os alunos com algo considerado insignificante.

Todavia, a que é que se deve tal descaso, neste caso, com o ensino de história? Primeiramente, pode-se afirmar que esta discriminação não acontece só com a disciplina de História. O que revela uma hierarquização na ordem dos saberes típica das concepções positivistas. Entretanto, no caso da história, tal descaso, dentre outras razões, uma delas talvez esteja na própria história, no que ela representa. O fato é que *a história contém o segredo do homem* ou se se quisesse, *do macaco*, com diria Marx. Nela encontram-se todas as razões da vida do homem: da produção, da distribuição, do consumo, dos conflitos, das lutas, dos antagonismos sociais, das diferenças sociais, dos conhecimentos e de suas representações.

O acesso ao seu conhecimento pode possibilitar o desvelamento das contradições, bem como a possibilidade de transformação destas condições. Nessa perspectiva, é na história que encontram-se as razões do aparecimento da Língua Portuguesa, assim como das demais disciplinas, em decorrência das ações e interações do homem com a natureza e com os demais homens. Ou seja, as relações sociais de produção explicam o aparecimento da língua e da cultura em geral. Como já disse um grande sábio, a História é a mãe de todas as ciências. Assim, a disciplina de história deveria adquirir uma importância fundamental, ainda que, a Língua Portuguesa, da mesma forma que a Matemática e as demais disciplinas, sejam importantes e necessárias para a compreensão da história.

Mas, o que vemos geralmente é o contrário. Estas disciplinas são tomadas como prioritárias. Então, temos a impressão de que, se o aluno souber ler e escrever, já é suficiente para que ele também aprenda história. Contudo, apesar de que isso que possa parecer uma inversão ocorrida ao “acaso”, é bem provável que não tenha ocorrido dessa forma. Se partirmos do pressuposto de que quanto menos o povo souber de sua história e da história da humanidade, tanto mais naturalizará as atuais condições em que vive e tanto menos lutará e reivindicará para que se construa uma outra história, então justifica-se o fato de que a classe dominante procure, por meio das mais diversas formas possíveis, escamotear o conhecimento da história. À classe dominada, ao contrário disso, ressalta a importância da disciplina de história, superando à marginalidade a que foi relegada.

Se o descaso em relação à disciplina de história e à própria história, por si só, já não fosse um sério problema, na condição de marginalidade a que foi submetida, em geral, ela tem se limitado a transmitir e ensinar uma série de informações estanques, abstratas, descontextualizadas, quando não a enaltecer a figura de alguns “heróis”, como se a história fosse feita por indivíduos isolados e se resumisse a um amontoado de fatos, uma seqüência de datas, uma cronologia desconexa. Desta forma, ao invés de os alunos gostarem e compreenderem a disciplina, eles a têm rejeitado. E, em consequência disso, ela pouco tem contribuído para que eles se compreendam, compreendam o mundo, suas relações, a sociedade, seu movimento, seus conflitos, suas lutas e a própria história.

Mas, a que é que se deve então a prioridade freqüentemente atribuída à Língua Portuguesa ou à Matemática? A partir de que justifica-se tal prioridade? Karl Marx, debatendo-se com a filosofia da época (século XIX), criticava o idealismo dos filósofos alemães e chamava-lhes a atenção para o fato de não terem um pressuposto adequado a partir do qual pudessem construir todo o edifício do saber. Diz o autor: “Ao contrário dos alemães *desprovidos de qualquer pressuposto...*”ⁱⁱⁱ. Chamava-lhes a atenção para o fato de não terem um pressuposto sólido a partir do qual se poderia conhecer toda a vida social e organizar a própria sociedade.

A questão é que, quando se está desprovido de qualquer pressuposto, todos ou qualquer pressuposto adotado passa a ser válido, basta que elaboremos uma justificativa plausível para isso. Na ausência de um pressuposto sólido, a validade daquele que adotarmos, portanto, acaba por se confundir com aquilo que a mente definir como tal, uma vez que, todos os atos e gestos coerentes consigo próprios, são tidos como produtos da consciência. Assim, o critério de verdade passa a ser a consciência individual de cada um. Neste sentido, mudar a verdade ou a validade de um determinado fato ou da história equivaleria a, simplesmente, mudar a consciência, a interpretar os fatos, o mundo, a realidade de modo diferente.

Poderíamos dizer que o fato de se estabelecer que, em relação ao ensino, a prioridade deve ficar com o ensino da língua portuguesa e com a matemática, ao invés da história, da geografia e das demais disciplinas. É possível que esta prioridade tenha sido extraída de uma “mente brilhante”. Ao invés disso, deveríamos ter uma concepção de ensino que não se apoiasse na fragmentação e na hierarquização do saber. Haja visto que essa media não tem contribuído para a melhoria da compreensão da história. Isto significa duas coisas: ou os alunos, mesmo com esta prioridade, em geral, tem demonstrado que não dominam a língua portuguesa e, conseqüentemente, não dominam a história ou, se dominam a língua portuguesa, isso não é suficiente para garantir o domínio da história. Ambas as situações revelam que a priorização ao ensino da língua é uma medida equivocada.

Mas, se tem se atribuído pesos e importâncias diferentes para as áreas do saber como se chegou a esta decisão? Foi tomada com base na realidade, em pesquisas que demonstram que se os alunos souberem ler e contar também conhecem e sabem ler e interpretar melhor a história? Os resultados dos diversos tipos de avaliações realizadas nos diversos níveis de escolarização e em diversos lugares pelo Brasil todos os anos, desmentem isso. Nesta perspectiva, Marx, ainda referindo-se aos filósofos alemães, diz que:

Apesar de suas frases pomposas, que supostamente ‘revolucionariam o mundo’, os ideólogos da escola jovem-hegeliana são os maiores conservadores. (...) Esquecem no entanto que eles próprios opõem a essa fraseologia nada mais que outra fraseologia e que não lutam de maneira alguma contra o mundo que existe realmente ao combaterem unicamente a fraseologia desse mundo (2002, p. 9).

Uma vez que a decisão de priorizar determinadas áreas do conhecimento em detrimento de outras, não tem sido tomada com base no mundo real, isto é, tomando a prática histórica como critério de verdade, tem saído da intuição de alguns iluminados, a ação sobre esse mundo real, no máximo que chega é ao mundo das idéias, às armas da crítica e não à crítica das armas, como diria Marxⁱⁱⁱ.

Como as idéias dominantes de uma determinada época e de uma determinada sociedade são as idéias dos dominantes, não lhes convém propagar, nem permitir a difusão de idéias e concepções contrárias à sua condição de classe. Aliado a isso, juntes-se o fato de que o ensino tornou-se um ensino abstrato, descontextualizado. Isso faz com que, ao invés de dar uma resposta adequada ao mundo real, à resolução dos problemas, apenas deslocam-nos para aquilo que sua mente julga adequado. Ao contrário disso, ressalta Marx, “toda a historiografia deve partir dessas bases naturais e de sua transformação pela ação dos homens, no curso da história” (Cf. ORSO, 2002, p. 10). E acrescenta:

A maneira como os indivíduos manifestam sua vida reflete exatamente o que eles são. O que eles são coincide, pois, com sua produção, isto é, tanto com o que eles produzem quanto com a maneira como produzem. O

que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais de sua produção (Idem, p. 11).

Ou seja, a decisão sobre como se compreende o modo de se organizar a educação e o ensino, também deve partir do mundo real, isto é, do modo como os homens foram se constituindo como homens, como produzem suas condições de vida, como se organizam socialmente para sobreviver.

Mas, de que forma a disciplina de história pode recobrar sua importância? Qual é o pressuposto teórico-metodológico fundamental para o ensino de história? Para recobrar novamente sua devida importância é preciso deixar claro o que é que entendemos que seja e em que condições cremos que ela ganha importância.

A disciplina de história ganha importância na medida em que possibilita descobrir o segredo do homem; na medida em que contribui para o conhecimento real e objetivo do processo de transformação da natureza e do homem ao longo do tempo; na medida em que permite compreender a própria história, isto é, permite compreender como o homem surgiu, como foi e continua se transformando, como produziu e continua produzindo para garantir a satisfação de suas necessidades; na medida em que permite compreender e desvelar as relações travadas pelo conjunto dos homens a partir do modo como garantem sua sobrevivência.

Mas, então qual deve ser o pressuposto teórico-metodológico fundamental para o ensino de história? Antes de responder esta questão é necessário esclarecermos o que entendemos por história. Da mesma forma é preciso explicitar que uma coisa é a história vivida, realizada, permeada por contradições, por lutas e embates, outra é a compreensão que temos dela e outra ainda é a disciplina de história. Uma não se confunde com a outra. A primeira diz respeito ao concreto, às relações sociais travadas nas lutas pela sobrevivência e as outras duas ao plano das idéias, do entendimento de como a história realizada é entendida, assimilada, registrada e transmitida possibilitando intervenções concretas.

Quando se estuda história, geralmente, aprende-se que ela teria surgido com a escrita, por volta de 6 mil anos antes de Cristo. Além disso, é bastante comum reduzi-la à história dos heróis, a um amontoado de fatos, a um corolário de datas, uma cronologia linear. Entretanto, História não é bem isso. Ela está diretamente relacionada ao homem, às suas ações, às suas relações, às transformações, aos conflitos, às lutas, aos antagonismos sociais; tem a ver com a ação do homem no meio, suas relações com a natureza e com os demais homens. Isto, implica num antes, num durante e num depois. Portanto, tem a ver com o tempo e o espaço, marcados pela sociedade em cada época, da mesma forma que com o estágio de desenvolvimento das forças produtivas de cada época, em cada sociedade. Isto significa que o ato pedagógico, neste caso, o ensino de história não é neutro, carrega implicações sociais. E, em função disto, no ensino de história, não podemos nos dar por satisfeitos em adotar qualquer pressuposto que “acharmos mais interessante” ou, como acontece muitas vezes, não adotarmos pressuposto algum.

Mas, afinal de contas, sob qual(is) pressuposto(s) devemos embasar o ensino de história, já que, como falamos acima, não podemos tomar qualquer um aleatoriamente. Assim, como disse Marx, nós também podemos dizer que: contrários

aos alemães, despojados de qualquer pressuposto, somos obrigados a começar pela constatação de um primeiro pressuposto de toda a existência humana, e portanto de toda a história, ou seja, o de que todos os homens devem estar em condições de viver para poder ‘fazer a história’. Mas, pra viver, é preciso antes de tudo beber, comer, morar,

vestir-se e algumas outras coisas mais. O primeiro fato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitem satisfazer essas necessidades, a produção da própria vida material; e isso mesmo constitui um fato histórico, uma condição fundamental de toda a história que se deve, ainda hoje como há milhares de anos, preencher dia a dia, hora a hora, simplesmente para manter os homens vivos (idem, p. 21).

No tocante ao ensino de história, também contrário à idéia de se tomar qualquer pressuposto ou nenhum para estabelecer a importância ou o peso que cada uma das áreas ou disciplinas do saber deve ter na grade escolar, partimos de três pressupostos básicos, quais sejam: o primeiro, é o de que a realidade não é estática, encontra-se em constante transformação, em movimento, em constante devir e que, portanto, tudo se transforma o tempo todo; que as coisas, os fatos e a realidade que presenciamos hoje, não foi, nem continuará da mesma forma como se encontra; o segundo, é que é preciso estarmos vivos para podermos fazer história e que quem a faz é o próprio homem; terceiro, que a base da sociedade está fundada no trabalho^{iv}.

Quando falamos que a realidade não é sempre a mesma, que nada é eterno, que eterno é só o movimento, referimo-nos ao fato de que o primado encontra-se na matéria, e não nas idéias. A matéria, por sua vez, não é algo inerte, fixa e imutável. Ela tem uma dinâmica interna própria. Dessa dinâmica não se constituíram apenas as coisas que vemos à nossa volta. Produziu-se também o homem. Nessa perspectiva, o homem não se apresenta como um ser pronto e acabado, mas como um ser que é produzido pelo meio, pela própria natureza e que, à medida que vai sendo produzido, vai se sensibilizando em relação ao meio, vai conhecendo e adquirindo experiências que vão sendo acumuladas e transmitidas uns aos outros, possibilitando a adaptação do meio às suas necessidades. Ou seja, o homem é um produto do meio que, em sendo produzido, passa a produzir o meio que o produz e em que se produz.

À medida em que o homem é produzido, passa a agir sobre o meio para garantir sua sobrevivência. O homem, porém, diferencia-se dos demais seres vivos em função de que, para garantir sua sobrevivência, precisa trabalhar. O trabalho se constitui na marca do homem, de tal forma que não dá para entendê-lo dissociado da noção de trabalho, bem como não é possível compreender o trabalho sem relacioná-lo ao homem. Trabalho significa dispêndio de energia, sangue, suor e nervos humanos gastos na produção dos bens (materiais e intelectuais) necessários a sua sobrevivência. Isso implica pensar que trabalho não se confunde apenas com trabalho manual, braçal e físico; significa que também podemos falar de trabalho imaterial ou intelectual. Trabalho, portanto, é a condição existencial do homem. É por meio dele que o homem consegue produzir as coisas e os bens necessários à sua sobrevivência. Porém, importa superar a condição de alienação na qual o trabalho está submetido.

Assim, na medida em que, através do trabalho, os homens vão estabelecendo relações necessárias e independentes de sua vontade com a natureza e com os homens, correspondentes ao modo de produção e ao estágio de desenvolvimento das forças produtivas, vão alterando o meio e produzindo bens materiais e espirituais e satisfazendo suas necessidades e fazendo história. O trabalho, portanto, como condição essencial do homem, representa também a chave para a compreensão do conhecimento e da própria história.

Como as forças produtivas vão mudando a cada momento em função da necessidade de dar novas respostas aos também sempre novos desafios, a história também vai mudando, exprimindo o acúmulo quantitativo e qualitativo do desenvolvimento, das relações, dos antagonismos e das lutas. E, como são os homens que fazem a história e,

como a fazem de maneira diferente em cada momento e em cada sociedade, sua forma de compreensão e de ensino também vai mudando concomitantemente. Nesta perspectiva, contraditoriamente, pode-se dizer que a cada momento temos melhores condições de compreender, explicar e transformar a história, dado o acúmulo técnico e científico.

Porém, algumas correntes historiográficas, partindo de pressupostos positivistas e idealistas, adotam uma série de teorias em suas análises e interpretações da realidade e do mundo como se pairassem acima do bem e do mal, como se não estivessem inseridos em determinadas relações sociais concretas. Confundem objetividade com neutralidade e, na maioria das vezes, resumem as historiografias a meras descrições e interpretações factuais, quando não a ressaltar “heróis”, como se a história fosse feita por alguns indivíduos; como se a história seguisse uma seqüência evolutiva e progressiva.

Como não consideram a categoria Trabalho, com toda sua abrangência e com todas as conseqüências que isto implica, como central na análise, também não compreendem que suas concepções, muitas vezes, acabam contribuindo para a perpetuação das relações existentes e reproduzindo os interesses da classe dominante. Pois, como diz Marx, as idéias gerais e dominantes de uma determinada época, em geral, são expressões dos interesses da classe dominante da época. E, em função disso, visam à reprodução de sua condição de classe. Ao educador, pertencente à classe trabalhadora, portanto, não deve apenas servir de correia de reprodução das condições que privilegiam seus contrários. Cabe a ele, ao fazer seu trabalho, também fazer a crítica destas condições e contribuir para a superação das mesmas.

Como dissemos, o homem não nasceu pronto e acabado, ou seja, não apareceu da forma como o conhecemos hoje. À medida que passou a interagir com a natureza, adquiriu experiências e conhecimentos, desenvolveu seu cérebro que, simultaneamente, lhe permitiram enfrentar e resolver desafios cada vez mais exigentes e complexos. Com isso, não apenas desenvolveu sua capacidade cognitiva, como também adquiriu a capacidade de produzir instrumentos e bens cada vez mais aperfeiçoados, atendendo às crescentes e diversificadas necessidades de cada momento. Portanto, à medida que o homem foi e continua interagindo com o meio, também vai se transformado, vai sendo produzido como homem, vai humanizando a natureza, acumulando conhecimentos, produzindo novos instrumentos e transformando a si e o meio. Isto é, o homem vai se hominizando, pelo trabalho.

Se o pressuposto fundamental de toda a matéria viva, e em especial do ser humano, é estar vivo, ele precisa satisfazer algumas necessidades básicas, tais como, comer, vestir, beber, morar, e algumas (infinitas) coisas mais. Todavia, não consegue essas coisas da mesma forma que os outros seres vivos; o homem precisa trabalhar, e o faz sobre os meios de produção, isto é, sobre a terra, as fábricas, as escolas etc. Não o faz sempre da mesma forma, mas de acordo com o estágio de desenvolvimento das forças produtivas materiais, ou seja, de acordo com o grau de desenvolvimento cognitivo, da ciência e da habilidade técnica. A produção dos bens necessários à sobrevivência não ocorre de forma individual, pois não conseguimos produzir sozinhos e isolados todos os bens de que necessitamos para viver. Fazemo-lo socialmente. E, de acordo com Marx, como vimos acima, os homens definem-se pelo trabalho, isto é, *o quê e como* fazem, assim os indivíduos são.

A característica dos meios de produção também determina as relações sociais que os homens estabelecem entre si. Se os meios de produção forem privados, teremos um determinado tipo de relações, quais sejam, de dominação e de exploração. Enquanto que, se os meios forem coletivos, não teremos necessidade desse tipo de relação, mas sim de colaboração e de ajuda mútua.

Isso tudo determina o modo de produção da vida social, que é a forma como os

homens se organizam numa determinada sociedade e numa determinada época, para garantir a produção dos bens necessários à sobrevivência. Ao longo da história, temos os modos de produção antigo, escravista, feudal, capitalista e algumas tentativas de se implantar o socialismo. Desde a Antigüidade até nossos dias, como nos diz Karl Marx, a história tem sido a história das lutas de classes, quer seja entre senhores e escravos, entre servos e susseranos, entre patrões e proletários, ora aberta e franca, ora difusa e dissimulada^v.

Como dissemos, desde as origens da propriedade privada e dos meios de produção, até o momento atual, a organização da sociedade permanece fundada nas classes e nas lutas de classes. Hoje, ainda que a sociedade tenha algumas características dos diferentes modos de produção, apresenta-se hegemonicamente sob a forma capitalista, cujo centro é o capital e o lucro. Isso, inclusive, tem marcado o próprio conhecimento, o ensino e a educação.

O conhecimento é um bem necessário e fundamental à produção da sobrevivência, que depende deste e o produz. No homem, ele atinge seu grau máximo de desenvolvimento, que se inicia seu processo por meio dos sentidos e acumula experiências, sendo capaz de realizar abstrações e de organizar o pensamento, chegando ao nível do conhecimento científico e metódico, possibilitando utilizá-lo como instrumento de ação de transformação intencional sobre o mundo.

À medida que o homem vai interagindo com a natureza, ela deixa de ser a determinante absoluta da realidade; o homem deixa de ser simplesmente determinado, para ser também determinante. Assim, a natureza, ao mesmo tempo em que é agente, transforma-se em objeto. O homem passa a se apropriar da natureza, e expressa essa relação através da linguagem, nas suas diversas formas. A linguagem assume o papel de mediadora da produção e da apropriação de conhecimento; mediadora da transformação material e social.

Tomando como pressuposto que tudo se transforma o tempo todo, que o homem precisa trabalhar para sobreviver, entendemos que pelo trabalho o homem vai produzindo conhecimentos que também se constituem num processo contínuo e permanente de transformação, uma vez que a cada dia as necessidades são novas e a realidade precisa ser revolucionada para poder dar conta das novas necessidades. Dessa forma entendemos que as idéias, as teorias, as respostas que o homem elabora são sempre provisórias, porque respondem aos desafios de cada momento e, portanto, revelam-se incompletas, exigindo novas pesquisas e investigações que permitem responder aos novos desafios impostos pela sobrevivência.

A partir da divisão da sociedade em classes, desapareceu a possibilidade de o conhecimento e os produtos do trabalho estarem voltados para o bem estar e para a satisfação dos interesses universais, comuns a todos os homens. A classe economicamente dominante também se apresenta dominante do ponto de vista ideológico e espiritual. Em função disso, escamoteia as contradições e os antagonismos sociais, e apresenta os seus interesses parciais e de classes, como se fossem expressão natural do interesse universal. Além disso, apoderam-se dos aparatos burocráticos, legais, bélicos, militares e midiáticos; utilizam-se do Estado e dos aparelhos repressivos para controlar e inibir as tentativas de mudança dessa ordem social e garantir a reprodução do *status quo*. Diante disso, procuram deslocar os pólos de conflito e o centro das preocupações, do âmbito das relações materiais concretas para o campo das idéias e da formalidade e, ao invés de reconhecerem o motor da história como sendo as lutas de classes, simplificam e apresentam a educação como fator central e determinante.

Tendo presente que os homens não se entendem e não se explicam por si mesmos,

que não são as idéias e a vontade que, em última instância, determinam a consciência, mas que, ao contrário disso, é o ser social que a determina, então, importa produzir novas circunstâncias, o que exige a construção de um novo ser social, se quisermos construir um novo homem, em que os interesses de caráter universal realmente expressem os interesses de todos os homens, e não apenas os de uma parcela deles, dos privilegiados.

“Os homens”, diz Marx, “fazem a história, mas não a fazem como querem; a fazem nas condições em que se encontram”. Entretanto, se a fazem de um determinado modo, também podem fazê-la de outro. Quando falamos que a educação é a forma como a sociedade prepara o homem para viver nela mesma, não quer dizer que deve limitar-se a adaptar e a adequar os educandos à sociedade. Compreendendo que a sociedade é uma sociedade de classes, que os profissionais da educação, assim como os demais trabalhadores integram a classe proletária, cabe a estes contribuir para desmistificar e conhecer a sociedade, bem como, a condição em que se encontram; importa superar a alienação e a própria divisão da sociedade em classes.

A educação que temos hoje é a expressão das contradições da sociedade em que vivemos. Nesse sentido, trata-se de lutar pela educação, mas não apenas por ela; trata-se de lutar também pela transformação da sociedade na qual ela está inserida (2002, p. 66-67). Esta também é a condição para que se restabeleça a devida importância à disciplina de história.

O conhecimento que produzimos e ensinamos, quer seja na disciplina de história quer nas demais disciplinas, não são nada mais nada menos que a sistematização dos conhecimentos decorrentes da aprendizagem e das experiências realizadas pelos homens ao longo do tempo, decorrentes do modo e das relações de produção e organização da sobrevivência, que são transformados em ciências e estas em instrumentos e técnicas que permitem a transformação do meio, para adaptá-lo a si e para a satisfação das necessidades. Em função disso, o conhecimento histórico não é neutro.

Na Antigüidade a Filosofia era compreendida como a ciência que abarcava a totalidade do saber existente. Contudo, com o processo de transformação e com o desenvolvimento da sociedade, na modernidade, em consequência de uma determinada forma de produzir a vida social e de uma determinada concepção de ciência fragmentadas, o conhecimento também foi expressando cada vez mais essa fragmentação, de tal forma que hoje, a divisão do conhecimento por disciplinas e áreas do saber dão a impressão de que são autônomas e independentes entre si. Isto não significa que devemos retroceder ao passado, contudo é preciso que os conteúdos das diversas áreas não sejam compreendidos como absolutos, revelem-se como “partes” interdependentes entre si, componentes da totalidade.

Nesse sentido, enquanto uma área de conhecimento específica, à história compete: estimular a pesquisa, a reflexão, a busca e a catalogação de fontes primárias tomando por base a categoria trabalho, as relações e os antagonismos entre as classes; adotar um método, o materialismo histórico dialético, que melhor dá conta de compreender, explicar e transformar a realidade; analisar e compreender criticamente como ocorreu o processo de ação e transformação do homem e do meio, materializados em determinadas formas específicas em decorrência do acúmulo de conhecimentos, das experiências humanas, das relações sociais, das condições sócio-históricas e do estágio de desenvolvimento das forças produtivas em cada época; possibilitar o acesso aos conhecimentos significativos historicamente acumulados; contribuir para que os alunos se compreendam enquanto indivíduos na sua relação com a coletividade; desmistificar as ideologias e contribuir para que professores e alunos possam se compreender como agentes do processo histórico capazes de agir e transformar a natureza, o mundo e as relações nas quais estão inseridos e

a história.

Tendo presente que a sociedade em que vivemos constitui-se, desde a Antigüidade até os dias atuais, numa sociedade fundada sobre a propriedade privada dos meios de produção, está radicada na sociedade de classes e, em decorrência disso, baseia-se nas lutas de classes, na exploração, na dominação, na competição e na concorrência, cabe-nos, enquanto educadores, fazer da educação um instrumento de compreensão, de interpretação, de explicação e desvelamento da História; um instrumento de apropriação, de produção e de socialização do conhecimento; um instrumento de compreensão, apreensão e transformação da realidade.

Os pressupostos estabelecidos acima marcam a vida do homem e demarcam seus limites e suas possibilidades. A partir deles pode-se compreender como os homens produzem sua vida material e como, a partir disso, relacionam-se, organizam sua vida social, produzem cultura e fazem a história. Por isso, parecem-nos que são pressupostos fundamentais para se pensar os fatos, as relações, os conflitos, a história e, portanto, também o ensino de história.

Bibliografia

- MARX, K e ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- MENEZES, Éder, [et al] (Orgs.). *Currículo Básico para a Educação Pública Municipal: educação infantil e ensino fundamental - anos iniciais*. Cascavel: Assoeste, 2007.
- ORSO, Paulino José. Os limites e possibilidades da educação. In. ORSO, P. J [et al] (orgs). *A Comuna de Paris de 1871: história e atualidade*. São Paulo: Editora Ícone, 2002.
- Artigo recebido em: / /2008
- Aprovado para publicação em: / /2008

Notas:

- ⁱ Doutor em História e Filosofia da Educação pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp -, Prof. Adjunto do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste – e Líder do Grupo de Pesquisa em História, Sociedade e Educação no Brasil – GT da Região Oeste do Paraná – HISTEDOPR.
- ⁱⁱ MARX, K e ENGELS, F. *Ideologia Alemã*. Lisboa: edições avante, s/d, p. 36.
- ⁱⁱⁱ MARX, K. Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel. In: MARX, K. *A Questão Judaica*. São Paulo: Centauro, 2000, p. 94.
- ^{iv} Este texto, em parte, está baseado em outros dois artigos denominados “Pressupostos filosóficos da educação” e “Contextualização e concepção de história”, que integram o *Currículo Básico para a Educação Pública Municipal: educação infantil e ensino fundamental – anos iniciais*. AMOP. Departamento de Educação. Cascavel: Assoeste, 2007.
- ^v MARX, K e ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Cortez, 1998, p. 4.

Artigo recebido em: 21/10/08

Aprovado para publicação em: 26/12/2008